











ISSN: 1806-549X

O CONFLITO EXISTENTE ENTRE A PERMANÊNCIA DO DISCURSO PATRIARCAL E OS DIREITOS ADQUIRIDOS PELAS MULHERES NO SÉCULO XX E XXI NO BRASIL

Autores: MARIA VITÓRIA SOUZA NERI;

Nos séculos XX e XXI, observa-se o verdadeiro conflito existente entre a permanência de um discurso patriarcal advindo de uma cultura paternalista e machista e a ascensão de uma geração de mulheres mais conscientes dos seus direitos e do seu valor na construção de uma sociedade mais justa. É importante lembrar que essa ascensão vem acompanhada da discussão sobre as mais variadas correntes do movimento feminista, a aprovação de leis que protegem a integridade física e moral das mulheres e principalmente sobre uma Constituição Cidadã promulgada em 1988, que neste contexto tem como objetivo o estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações, e assim, refletindo em diversos outros aspectos. Objetivo: Apesar das inúmeras conquistas sociais e legislativas adquiridas pelas mulheres nos dois últimos séculos, ainda é evidente uma permanência significativa de discursos que se tornam obstáculos para a real efetivação dos direitos. Esse cenário configura-se um período de transitoriedade, uma vez que observa-se a simultaneidade de contextos opostos, o discurso patriarcal e a evolução desses direitos. Metodologia: Esse conflito fica evidente a partir da observação de discursos que são reverberados no meio social e através da análise das mudanças ocorridas na esfera legislativa. Essas mudanças foram influenciadas pela atual Constituição Federal, que teve papel fundamental na instituição de diversas outras leis que protegem a integridade física e moral das mulheres. Resultados: Observa-se um contexto de contradição a partir do momento que há uma naturalização de discursos que inferiorizam o papel exercido pelas mulheres e, em contrapartida, há uma maior participação delas no processo político, no mercado de trabalho, na ciência e nas mais diversas esferas sociais em que por muito tempo não houve uma participação significativa das mulheres. Conclusão: Apesar da conjuntura atual ser marcada pela desigualdade social entre os sexos e por uma cultura machista, essas leis aprovadas entre elas a Lei 13.104 (lei do Feminicídio), a 11.340 (Lei Maria da Penha) e em especial, a Constituição Federal que representa um marco de grande importância na luta contra a discriminação em relação às mulheres, posto que assegura a um tratamento isonômico, ao menos em esfera legislativa.

Palayras-chave: discurso, direitos, mulheres